

Presidiu ao grupo de trabalho PEDAP constituído pelos coordenadores dos vários programas da responsabilidade da DGHEA, na vigência do QCA I.

Coordenou, no IEADR, a programação e operacionalização do QCA II (1994-1999) no âmbito das infra-estruturas (medida n.º 1, PAMAF), tendo posteriormente integrado a respectiva unidade de gestão.

Coordenou a elaboração do plano de actividades do IHERA, de 1998 a 2002.

Nomeado director de serviços de Planeamento e Ambiente do IHERA, em 1997.

Colaborou na programação do QCA III, nomeadamente na medida n.º 4 do Programa AGRO e na acção n.º 5 da medida «AGRIS — Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento».

Representante efectivo do IHERA/IDRHa na unidade de gestão do Programa AGRO.

Nomeado vice-presidente do IHERA, em Julho de 2002.

Nomeado vice-presidente do IDRHa, em Novembro do mesmo ano.

**Despacho n.º 5262/2006 (2.ª série).** — Nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, por três anos, o cargo de vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 246/2002, de 8 de Novembro, 80/2004, de 10 de Abril, e pela Declaração de Rectificação n.º 38/2004, de 13 de Maio, o licenciado em Agronomia Joaquim Filipe da Cruz Martins de Carvalho.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

14 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

#### Curriculum vitae

Joaquim Filipe da Cruz Martins de Carvalho, nascido em 1967. Engenheiro agrónomo, especialidade de Economia Agrária, pelo Instituto Superior de Agronomia, em 1990.

Pós-graduado em Estudos Europeus, dominante Económica, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1992.

Actividade profissional:

Assessor do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2005-2006);

Acompanhamento da negociação do novo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural — FEADER (2004-2005);

Subdirector do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (2000-2004);

Participação no processo de reforma da PAC de 2003;

Adjunto do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1998-2000);

Participação no grupo de ligação, coordenador da Presidência Portuguesa do Conselho Agrícola da União Europeia (1999-2000);

Participação no processo de reforma da PAC de 1999;

Assessor do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (1998);

Técnico do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, com funções na gestão do PAMAF, reforma do seguro de colheitas (SIPAC) e acompanhamento da política sócio-estrutural, designadamente reformulação do Regulamento do Desenvolvimento Rural (1996-1998);

Técnico do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, com funções na concepção e gestão do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF), do QCA II, e das medidas de acompanhamento da reforma da PAC (1993-1996);

Técnico da Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura, com funções na gestão do Programa Específico de Apoio à Agricultura Portuguesa (PEDAP) e de diversos programas operacionais (1990-1993).

**Despacho n.º 5263/2006 (2.ª série).** — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, mostrando-se indispensável dotar este Gabinete de meios humanos adequados à pronta análise e resolução dos muitos assuntos que diariamente lhe são presentes, nomeio o Prof. Doutor José António Ferreira Porfírio assessor do meu Gabinete para prestar apoio no exercício de funções técnicas no âmbito da sua especialidade, designadamente no acompanhamento de acções que envolvam a intervenção no domínio das empresas sob tutela deste Minis-

tério, na participação na definição estratégica do desenvolvimento rural para o período de 2007-2013, bem como no acompanhamento dos programas que irão vigorar naquele período.

2 — Ao nomeado é atribuída a remuneração mensal ilíquida de € 3850, acrescida do respectivo abono para despesas de representação e do subsídio de refeição, bem como dos inerentes subsídios de férias e de Natal, estabelecidos para o cargo de adjunto de Gabinete.

3 — Quando se deslocar em missão oficial no País ou no estrangeiro, o nomeado terá, ainda, direito aos abonos das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo no montante igual ao que estiver em vigor para os servidores do Estado com a categoria correspondente ao índice 710 da tabela salarial da função pública.

4 — Nos termos do estabelecido na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, o nomeado fica autorizado a desempenhar actividades docentes no ensino superior.

5 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

17 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

#### Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

**Despacho (extracto) n.º 5264/2006 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral das Pescas e Aquicultura de 9 de Fevereiro de 2006 e do inspector-geral da Administração Pública de 10 de Fevereiro de 2006:

Maria Filomena dos Santos Mónica, assistente administrativa especializada, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Pública — transferida para o quadro desta Direcção-Geral, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

20 de Fevereiro de 2006. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

#### Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

**Rectificação n.º 349/2006.** — Para os devidos efeitos declara-se que no despacho (extracto) n.º 3575/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 15 de Fevereiro de 2006, a p. 2166, onde se lê «Manuel Miguel Barros de Moura Fernandes» deve ler-se «Miguel Manuel Barros de Moura Fernandes».

16 de Fevereiro de 2006. — O Director Regional, *Augusto José de Sousa Gouveia*.

#### Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

**Despacho (extracto) n.º 5265/2006 (2.ª série).** — Por despachos do director regional de Agricultura da Beira Interior e do director-geral dos Recursos Florestais, respectivamente de 3 de Novembro e de 7 de Dezembro de 2005:

Maria Aurélia Nunes da Silva, assistente administrativa principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Florestais — autorizada a transferência para o quadro próprio desta da Direcção-Geral, com idêntica categoria e carreira, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Administração, *José António Marques dos Santos*.

#### Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

**Despacho n.º 5266/2006 (2.ª série).** — Em conformidade com o previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 250/2002, de 21 de Novembro, no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e do Instituto